



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 66ª
(SEXAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 17 DE AGOSTO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Comunicado da Presidência:

Declaração de Renúncia

“À Mesa Diretora

Assunto: Renúncia de mandato do cargo de vice-Presidente da Mesa Diretora.

Srs. Membros da Mesa Diretora,

Nos termos do inciso III do artigo 47 do Regimento Interno desta Casa, venho declarar minha renúncia ao cargo de vice-Presidente da Mesa Diretora.

Solicito que esta declaração, nos termos regimentais, seja lida em plenário e publicada no *Diário da Câmara Legislativa*, para que ela se torne efetiva e irretratável.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

Deputada Distrital Liliane Roriz.”

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco da Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente em exercício, Deputada Telma Rufino, nobre Deputada Luzia de Paula, Deputado Prof. Israel, Deputado Chico Vigilante, Deputado Cláudio Abrantes, em recente reunião feita com o Governador e um grupo de Deputados, eu apresentei duas sugestões, que hoje o *Jornal de Brasília* publica.

Há mecanismos sim de o Governo do Distrito Federal fazer uma maior arrecadação. E fiz duas sugestões específicas: a primeira se refere a se criar um grupo – sugeri que o grupo fosse constituído por ex-ministros de tribunais superiores ou ex-desembargadores – responsável pela elaboração e execução de uma política de regularização fundiária no Distrito Federal.

Nós sabemos que cidades com a mesma população de Brasília, mas com apartamentos e casas bem mais desvalorizados, arrecadam cinco vezes mais de ITBI, que é o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, do que em Brasília.

Estima-se que, se o governo regularizasse os condomínios, cidades inteiras, como São Sebastião, Riacho Fundo, Paranoá e tantas outras que não têm escritura pública e cujas transações imobiliárias são feitas semanalmente – centenas e dezenas de transações imobiliárias, Deputado Prof. Israel – por contratos de cessão de direito, no qual só se reconhece a firma de quem compra e só se reconhece a firma de quem vende e não se paga nenhum centavo de imposto, o Governo do Distrito Federal passaria a ter uma arrecadação em ITBI em torno de 3 bilhões e meio, quando hoje praticamente arrecada só 300 a 400 milhões em ITBI.

A outra sugestão que foi dada na reunião se refere a criar um grupo para cuidar exatamente da realização de receitas de capitais e transferências correntes. O que são receitas de capitais? São amortizações e realizações de transações



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

imobiliárias que o Governo do Distrito Federal, diferentemente de outras cidades, tem. A Terracap pode também fazer a venda de áreas, como a liquidação da SAB – Sociedade de Abastecimento de Brasília, como também do Parque do Guará, que está embarreirado. Somando-se a essas receitas de capitais decorrentes de vendas as transferências correntes, que são transferências feitas pela União ao Governo do Distrito Federal, que não estão acontecendo, criar-se-ia uma assessoria para ficar permanentemente junto aos ministérios – e só de previdência nós temos 700 milhões junto ao Ministério da Saúde para ser repassado ao Governo do Distrito Federal.

No último quadrimestre, em reunião que esteve presente aqui a Secretária de Planejamento e o Secretário de Fazenda, Deputado Chico Vigilante, constatou-se que o Governo do Distrito Federal conseguiu elevar, nos últimos quatro meses, as receitas tributárias, que são o IPVA, o IPTU e o ICMS, em 7%. As receitas tributárias de Brasília não vão às mil maravilhas, mas pelo menos estão crescendo, diferentemente de outros estados, que estão decrescendo. Em compensação, a receita de capitais e as transferências da União caíram praticamente 16%.

É muito difícil um governo, num cenário de recessão, tanto no Distrito Federal como no Brasil, abrir mão disso, muitas vezes por obstrução política da própria Câmara Legislativa – vários projetos que gerariam receitas para o Governo do Distrito Federal, por questões políticas, não foram votados neste ano, como é o caso do Parque do Guará e de tantos outros que gerariam uma receita adicional aos cofres do Governo do Distrito Federal –, como também pela grande dificuldade que estamos tendo nas transferências obrigatórias da União para o Distrito Federal, que não estão acontecendo.

Então, só a receita tributária decorrente dos impostos e das taxas normalmente cobradas no Distrito Federal não é suficiente para rodar essa máquina do Governo do Distrito Federal. Nós temos dificuldade para pagar as despesas que ficaram do governo anterior e estamos tendo dificuldades para pagar custeio, o próprio custeio de áreas fundamentais como a saúde, principalmente na compra de remédios.

Hoje praticamente 80% de tudo que o Governo do Distrito Federal arrecada é para pagar pessoal. Ou ele tem criatividade e faz um esforço por essas duas iniciativas de regularização fundiária e de uma assessoria especializada para poder cobrar dos ministérios os repasses que a União tem de fazer para o Distrito Federal, ou nós vamos caminhar para uma situação bastante difícil aqui no Distrito Federal. Não há condições!

Quem entende um pouco de orçamento e de economia sabe que não dá para suportar. Enquanto as receitas vão caindo, a folha de pagamento, sem considerar aumentos, num crescimento vegetativo, aumenta 5%. Em breve vamos estar assim: 90% de tudo que se arrecadar em Brasília vai ser para pagar despesas de pessoal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Ora, o Estado está emborcado! Não é o Governador Rodrigo Rollemberg, e nenhum vindo de outro planeta, que vai fazer rodar a máquina com uma situação dessa natureza.

Outro fator importante é que muitos financiamentos, que inclusive já foram deliberados por esta Casa junto a organismos financeiros, seja Caixa Econômica, Banco do Brasil, ou BNDS, estão lá, mas o dinheiro não vem. Sem falar nos levantamentos e nos empréstimos dos organismos internacionais como o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e o BIRD – Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento.

Hoje o Governo do Distrito Federal tem uma capacidade de endividamento praticamente de 3 bilhões e meio, e deve 300 e poucos mil, não chega nem a 400 milhões de reais. Ou seja, praticamente 10%, diferentemente de todos os estados da nossa Federação, que estão todos no limite de endividamento.

Então, numa crise dessas é necessário o empenho pessoal, seja para a regularização fundiária para se aumentar o ITBI, seja um grupo especializado para ir buscar os repasses da União, as transferências correntes que não estão acontecendo, seja um grupo especializado para ir bater às portas das instituições financeiras. Porque muitos empréstimos, Professor Deputado Wasny de Roure, já foram concedidos e aprovados por esta Casa, mas não conseguimos rodar.

O exemplo mais claro de que precisamos de assessoria especializada é a securitização. Nós conseguimos aprovar, como se fosse uma grande solução, a venda da dívida, hoje aproximadamente de 16 a 17 bilhões de reais – acima de 19, atualizado aqui pelo Deputado Wasny de Roure –, que grandes grupos devem ao Distrito Federal, ao Governo do Distrito Federal, mas nós também não conseguimos receber.

Então, a securitização, que foi vendida como um projeto para salvar a economia do Distrito Federal, não rodou. Está autorizada, está tudo pronto, mas não teve ninguém que tivesse a eficácia. Por isso existem alguns fatores que são importantes. O Governo do Distrito Federal ainda é, de longe, com toda essa crise, o governo que tem a oportunidade de sair dela. Nós precisamos nos empenhar. Nós precisamos organizar as finanças do Governo do Distrito Federal que no momento se encontra desorganizada. E para fazer frente a todas as despesas que nós temos só tendo muita criatividade.

Eu aponte cinco itens, Deputado Wasny de Roure – V.Exa., que é considerado um dos melhores economistas do Brasil –, que o Governo do Distrito Federal pode mover para que possamos sair dessa recessão e dessa crise que vai culminar com a falta de compra do custeio da saúde, o que é triste.

Nós precisamos, Deputados Distritais, Deputados Federais, Senadores e Governo do Distrito Federal, fazer um grande esforço. Porque nós continuamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

recebendo nossos salários, e a maioria tem plano de saúde. É a população que não tem plano de saúde e que precisa de assistência médica quando adoece que paga.

Portanto, eu quero fazer esse apelo ao Planejamento, à Fazenda, e aos demais colegas, pois precisamos fazer um grande esforço, não pelos Deputados, não pelo Governador Rodrigo Rollemberg, não pelos Deputados Federais ou Senadores, precisamos fazer um grande esforço pela população mais carente de Brasília.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (Partido dos Trabalhadores. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, nós estamos vivendo um momento extremamente delicado no dia de hoje e precisamos que todos os Parlamentares venham para o plenário da Casa.

Nós precisamos de uma orientação, de uma informação. Precisamos dar prosseguimento a esse cenário que nós passamos a vivenciar com a audiência de hoje pela manhã, a oitiva realizada pela CPI da Saúde, com o Defensor Público Dr. André, acompanhado do Caio, ex-assessor da Deputada Liliane Roriz. Coincidentemente vem essa fita, esse áudio, na *Globo*, em nível nacional.

Nós entendemos que nenhuma acusação unilateral prevalece sem uma investigação; esta tem que ocorrer, tem que ocorrer. A Câmara Legislativa tem a sua Corregedoria, a sua Mesa Diretora. A Mesa tem que se pronunciar, a imprensa, a cidade aguarda. A vida pública é muito intensa.

Tivemos hoje, Deputada Luzia de Paula, a presença de uma equipe da Polícia Civil nas instalações do Palácio do Buriti. Estão ocorrendo vários episódios simultâneos e, em todos eles, há uma semelhança e uma inter-relação com esse trabalho que a Comissão Parlamentar de Inquérito está desenvolvendo.

Nós tivemos um trabalho bastante exaustivo no dia de hoje. Terminamos mais de duas horas da tarde. Eu aguardo uma orientação, uma informação, que culminou inclusive com o pedido de afastamento da vice-Presidente da Casa, Deputada Liliane Roriz.

Então, nós não queremos ser absolutamente irresponsáveis, mas nós temos, perante a população, o dever, neste momento, de saber o que está acontecendo, que procedimentos vão ser utilizados, se vai haver uma reunião de Líderes, se vai haver uma reunião com todos os Deputados. Neste instante a cidade está perplexa, o cenário é de grande ansiedade, e nós não podemos nos ausentar diante desse quadro.

A vida pública é uma vida muito difícil. Temos que ter, de um lado, responsabilidade; temos que resistir à leviandade e à imprudência, mas também



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

temos que ser firmes nas investigações. A Casa, neste momento, tem duas comissões parlamentares de inquérito. Nós tivemos, no ano passado, uma CPI extremamente importante, que trouxe dados, mas que, no último momento, acabou não aprovando relatório nenhum. Não podemos permitir que isso ocorra com essas duas outras CPIs que estão acontecendo.

Então, neste momento, eu quero fazer um apelo a todos os colegas Parlamentares. Que venham para o plenário, para que nós possamos ser informados dos fatos reais que estão acontecendo, que estão sendo divulgados, e ter um posicionamento, uma elucidação de que episódios são esses que envolvem a Câmara Legislativa.

Eu, como Líder do Partido dos Trabalhadores, estive à frente da Casa na legislatura anterior, sei que é uma área muito sensível, é uma área muito difícil, mas nós não podemos nos ausentar nesse processo.

Nós já temos informações da recente ida do ex-Secretário-Geral Valério, que foi depor juntamente com o ex-Senador Gim Argello, no dia de ontem, ao Dr. Moro.

Então, todos esses dados devem aparecer para trazer à Casa um posicionamento dos fatos reais, e a implantação de uma investigação para dar isenção ao processo, para dar esclarecimento à sociedade.

Quero fazer um apelo aos colegas Parlamentares: venham ao plenário para que nós possamos ter esses elementos, esses ingredientes que vão permitir um desdobramento. Nós também estamos aguardando o Presidente da nossa CPI, o Deputado Wellington Luiz. Eu saí e ele ainda continuou com o defensor público e o Caio. Várias informações foram trazidas nessa oitiva de hoje pela manhã, com a degravação da conversa preliminar entre o Caio, a Marli e o Marco Junior, sobre essas questões pertinentes à terceirização.

Então, acho que nós precisamos ter um encontro aqui, para saber a que passos, reuniões, procedimentos e investigação iremos proceder, para saber de fato o que é verdade e o que não é verdade. Não temos o direito de julgar sem antes termos os elementos que darão a devida segurança e a devida informação, com a responsabilidade necessária.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, pelo Bloco Sustentabilidade e Trabalho.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nobres pares, imprensa, primeiramente quero agradecer ao Deputado Prof. Israel, nosso Líder do Bloco Sustentabilidade e Trabalho, que me permitiu utilizar este momento destinado à fala da Liderança.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Nossa pauta principal – todos sabem, minha origem é a Polícia Civil – é esse estado grave que nós vivemos hoje, mas obviamente quero aqui colocar a posição do nosso bloco, pelo menos momentânea, com relação a todos os acontecimentos que estão sendo noticiados nesta tarde. Já informando a toda a imprensa, nós nos reuniremos daqui alguns instantes para os nossos encaminhamentos, sobretudo ao que tem sido posto na imprensa sobre esse quadro derivado das apurações decorrentes da CPI da Saúde, a que o Deputado Wasny acabou de se referir. O Deputado Chico Leite está vindo à Casa, o Deputado Prof. Israel já está aqui, o Deputado Prof. Reginaldo Veras também, e nós vamos fazer um pronunciamento em conjunto, dada a gravidade dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, com um caráter extremamente preocupado com tudo que está posto, mas obviamente sempre com o olhar de que tudo que é colocado deve ser apurado, e apurado com rigor.

Falando do tema que eu me propus a trazer a esta tribuna – não é novidade, todos os Deputados já sabem, os discursos estão sendo proferidos aqui há alguns dias –, eu venho falar da crise que assola a segurança pública do Distrito Federal, em função do movimento da Polícia Civil do Distrito Federal. Vale aqui dizer e explicar a todos, se já não sabem, que a Polícia Civil tem uma paridade histórica e legal com a Polícia Federal. Essa paridade vem de décadas. O Deputado Wasny de Roure acompanha isso há um bom tempo e sabe dessa realidade. Essa paridade é legal, visto que a Polícia Civil e a Polícia Federal têm a mesma origem legislativa, o mesmo fundamento de criação, em função da ramificação de um departamento que existia no início de Brasília. Isso é o que vem sendo sustentado para que a Polícia Civil e a Polícia Federal, ao longo dos anos, caminhassem juntas numa paridade, tanto de remuneração como em função de sua estruturação.

A Polícia Civil, há algum tempo, vem sendo deixada de lado em função de reajustes concedidos para outras categorias. Basta ver que, numa última gestão, praticamente todas as categorias – todas, se não me engano – do serviço público do Distrito Federal tiveram algum tipo de compensação, inclusive outras forças de segurança. A Polícia Civil, diferente de outras instituições, não tem gratificações, não tem adicionais. Ela trabalha única e exclusivamente com subsídio, e esse subsídio não pode ser aumentado, pelo menos isso foi posto no outro governo, sem que houvesse também a mesma alteração, a mesma recomposição para a Polícia Federal.

Eu me recordo bem da última gestão. O Deputado Wasny de Roure estava conosco, o Deputado Agaciel Maia e o Deputado Chico Vigilante, quando nós estivemos com o Governador na época. Conversamos com ele e o convencemos. Ele foi até a Presidência da República com uma mensagem para que houvesse uma reestruturação. Na época nos foi dito que ela não poderia acontecer por conta da paridade com a Polícia Federal, e naquela época não havia possibilidade de o Governo Federal conceder algum tipo de reajuste. Ou seja, a paridade bloqueou uma recuperação salarial da Polícia Civil naquele momento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

O tempo passou e a Polícia Federal construiu um acordo com a área federal. Hoje já tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que reajusta os salários dos policiais federais. Eu volto a dizer, e faço questão de frisar sempre, que essa paridade não é só histórica; ela é legal também. Quando a Polícia Civil chega para reivindicar seu justo direito, ela é impedida, alegando-se falta de recurso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, para reforçar esse detalhe – eu considero muito importante o pronunciamento de V.Exa. –, na realidade a Polícia Civil do Distrito Federal acompanha há muitos anos, desde sua origem, esse tratamento de isonomia. Eu lembro certa ocasião em que sobre o salário da Polícia Civil foi proposto no Distrito Federal um patamar superior ao da Polícia Federal. Não foi possível, e isso teve que retroceder aos patamares.

Eu quero ser muito sincero. V.Exa. é da corporação e tenho o maior respeito por V.Exa. Eu tenho muita preocupação com o debate da federalização. Uma coisa é tornar uma força coadjuvadora numa polícia municipal, e outra coisa é ter o *status* de polícia federal. Então, eu quero chamar a atenção para isso. Eu tenho preocupação com essa proposta, mas não tenho um acúmulo para dizer se ela é boa ou ruim. Temos que fazer o Governador Rodrigo Rollemberg entender que é um direito, e não é porque há implicações de dentro da Polícia Militar com esse ou aquele movimento. É direito deles, mas nós precisamos resgatar a negociação do risco de vida, do benefício que eles passaram a ter, como também a questão da melhoria do auxílio-alimentação, ainda no final do Governo Agnelo. Inclusive, havia manifestações contrárias do Ministério Público. Não prosperaram por conta do clima político naquele momento.

Neste momento, além do que V.Exa. disse sobre a expectativa da Polícia Civil com relação àquilo que ia acontecer com a Polícia Federal – é direito deles –, nós estamos vendo que o Governo do Distrito Federal vem apresentar outra justificativa. Não é correto, não é justo. E isso, naturalmente, é o que levou os delegados e muitos outros agentes que ocupam cargo de confiança a entregarem-nos pela responsabilidade que nós temos. Não tem nada a ver com a operação que ocorreu hoje no Buriti da visita da polícia para recolher material.

O que precisa ser claro é que há situações diferenciadas e que precisam de respostas urgentes, e o governo tem protelado essa discussão. Lamentavelmente, o Governador tem protelado essa resposta para o segmento da Polícia Civil.

Quanto à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros, no momento adequado nós vamos aprofundar. Eu tenho o maior interesse de acompanhar e quero dar a minha contribuição a esse debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure e o incorporo ao meu pronunciamento.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. colocou muito bem.

A Polícia Civil sempre teve a paridade como sua última fronteira, mas hoje não se trata somente, caros Deputados, de uma questão salarial. Está envolvida aqui a dignidade da Polícia Civil do Distrito Federal. Diga-se de passagem, mesmo com um salário que hoje muita gente ainda divulga, às vezes até erroneamente, que a coloca como a polícia mais bem paga do País, não é. A Polícia Civil do Distrito Federal, hoje, nos cargos de agente, por exemplo, deve ser a quarta ou a quinta. Os delegados estão em décimo lugar. Mesmo assim, ainda é a melhor polícia deste país e já foi, em alguns momentos, a segunda melhor do mundo, principalmente se levarmos em consideração o índice de solução de homicídios.

Lembro, Deputado Wasny de Roure, que, em determinados momentos, a Polícia Civil do Distrito Federal só perdia para a Polícia de Toronto, no Canadá. Então, não havia outra polícia no mundo que solucionasse tantos homicídios quanto a Polícia Civil do Distrito Federal. Esse índice baixou, naturalmente, mas ainda está num patamar superior ao de qualquer polícia deste país. E baixou por quê? Baixou pelas dificuldades que tem enfrentado, pelo desprezo, pelo desrespeito que vem sofrendo. É um desrespeito que hoje atinge um grau máximo, porque a paridade com a Polícia Federal não é só um caráter financeiro, é um caráter histórico, legal e de valorização desses policiais, que entendem a sua importância para a Capital da República.

Para concluir, Sra. Presidente, pois V.Exa. já tem sido muito generosa, quero dizer que hoje nós temos uma situação que – sem querer fazer alarde – beira o caos. Nós temos delegados, chefes de delegacias, agentes, chefes de sessão já entregando suas chefias.

Deputado Chico Vigilante, um juiz pode acabar com a greve, mas ele não pode obrigar um funcionário a assumir uma chefia. Esses servidores não aceitam isso porque entendem que o governo não tem dado um tratamento adequado a eles.

Nós temos continuado na luta. O Deputado Wasny de Roure nos acompanha sempre. Nós entendemos que as forças de segurança têm que ser valorizadas como um todo, mas hoje a Polícia Civil está à frente de uma negociação, e ela tem que ser respeitada por isso. A partir daí, nós temos todo o interesse também, como V.Exa., Deputado Wasny de Roure, de continuar lutando para que as outras forças também sejam beneficiadas. Hoje é inevitável que o governo faça uma proposta condizente com a importância da Polícia Civil.

Eu quero deixar claro aqui, em que pese o meu bloco fazer parte da base de apoio: a nossa postura, a nossa posição vai ser sempre de apoio à categoria da Polícia Civil do Distrito Federal. Isso tem que ficar claro. Nós temos, nas reuniões, brigado, lutado para que o governo entenda essa importância. Isso é tão verdadeiro,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

que até pessoas, personalidades que sempre têm uma postura ácida ou dura com relação a reajustes para a Polícia Civil reconhecem que a Polícia Civil ficou para trás. Cito aqui o jornalista Hélio Doyle, que, em sua coluna de ontem, em que sempre critica esses reajustes, reconheceu isso.

Nos últimos anos, de todas as categorias do Distrito Federal, a Polícia Civil foi a que menos recebeu qualquer tipo de correção salarial. De todas. Estou falando com pleno conhecimento. De todas as categorias de servidores do Distrito Federal, a que menos foi reconhecida ou que recebeu algum tipo de reajuste foi a Polícia Civil.

Para o bem de Brasília, para o bem da sociedade do Distrito Federal, esta Casa não pode deixar de agir, cara Presidente. Nós temos que agir com firmeza para que esse patrimônio do Distrito Federal, uma polícia que vive do seu salário, na qual não se escuta falar de casos de corrupção ou de venda de policiais, que é, sim, orgulho para o Distrito Federal, seja valorizada. Este governo não pode entrar para a história como o governo que quebrou a paridade, que é uma fronteira histórica e legal para a Polícia Civil do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua tolerância.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Registro a presença dos estudantes e professores do Centro Educacional nº 05 de Taguatinga que estão participando do projeto Cidadão do Futuro, como haste do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

Muito obrigada pela presença de vocês. Sejam bem-vindos. (Palmas.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero agradecer a V.Exa. por ter ficado aqui para garantir o *quorum* e presidir a sessão. V.Exa. que batalha pela quota de 50%, graças a Deus, neste momento, é 100%. Deve ser importante.

Sra. Presidente, eu não poderia deixar de me referir a essa situação que está acontecendo hoje, não é, Deputado Cláudio Abrantes? Todos nós fomos pegos de surpresa pelas denúncias que envolvem emendas parlamentares, Deputado Agaciél Maia, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Wasny de Roure, Deputado Ricardo Vale. E por que isso é grave? Porque eu, Deputada Telma Rufino, V.Exa., Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Chico Leite, que acaba de chegar aqui, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Agaciél Maia, todos nós votamos aqui o remanejamento de recursos. Quando vieram nos dizer que as UTIs estavam precisando de dinheiro, o entendimento nosso era de que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

estávamos votando para salvar vidas! Portanto, nós não autorizamos ninguém a vender os nossos votos. Os nossos votos são inegociáveis!

Fico muito triste, e isso tem que vir à tona, tem que ser apurado e tem que ser punido quem tiver que ser punido, porque a Deputada Telma Rufino não vendeu voto para aprovar emenda. Eu não vendi voto para aprovar emenda. O Deputado Wasny de Roure não vendeu voto para aprovar emenda. O Deputado Prof. Reginaldo Veras também não. O Deputado Agaciel Maia, o Deputado Chico Leite e o Deputado Cláudio Abrantes são os que estão em plenário.

Agora mesmo, a competente jornalista da *Globo* que estava aqui, a Rita Yoshimine, perguntava: “Chico, você sabia disso?”. Eu falei: “Não, Rita, eu não sabia. Se eu soubesse, eu não tinha votado nessa emenda. Eu votei para salvar vidas!” Portanto, não votei para melhorar a vida de alguns. Eu votei para salvar aquelas vidas que estavam correndo o risco de não serem atendidas na UTI. Deputado Wasny de Roure, isso é muito grave! Tem que ser apurado.

Se ninguém está envolvido com nada, que venha à tona e que fique provado, Deputado Chico Leite. Agora, nós não podemos ficar circulando aí pela rua, sabendo que alguém está achando que esta é a Casa que vende emenda, que esta é a Casa que faz esse tipo de transação! Que esta é a Casa que faz esse tipo de negócio – escuso, se tiver sido feito!

Portanto, Deputado Wasny de Roure, eu acho que quem tem a obrigação maior de apurar se é verídico ou não é a Câmara, é o poder que está sendo atingido, é o Legislativo que está sendo atingido! Não pode!

V.Exa. já pensou, Deputado Wasny de Roure, se quando eu ou outros Deputados formos conversar com alguém que vem aqui, muitas vezes, pedir para a gente votar projeto de interesse dele, ele achar que alguém está negociando aquele voto, Deputada Telma Rufino, negociando aquele projeto, negociando aquela emenda? Isso não pode.

Portanto, acho que a primeira coisa que tem de ser feita é os acusados se dirigirem imediatamente à Corregedoria da Câmara Legislativa e pedirem para que isso seja apurado. O Ministério Público tem que apurar, mas esta Casa também, Deputado Prof. Reginaldo Veras, tem que ter mecanismos de apuração.

Eu não posso continuar em uma casa legislativa onde paira dúvida com relação às emendas e onde vem à tona que alguém vendeu liberação de recurso para pagar UTI. Isso é um negócio hediondo, isso é um negócio inaceitável, isso é o tipo de coisa que não cabe, isso é o tipo de coisa repugnante!

Portanto, em vez de a Câmara se esconder, ela tem que apurar; em vez de a Câmara tentar dar uma de avestruz, que bota a cabeça no buraco e – desculpa a expressão – o traseiro fora do buraco, precisa vir a público e apurar tudo, doa a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

quem doer! Se não tiver ninguém envolvido, depois pede-se desculpa; e, se estiver envolvido, que pague pelo que fez.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vou falar sobre os fatos noticiados hoje pela imprensa. Eles são de extrema gravidade, atingem, de fato, o Poder Legislativo e precisam ser investigados a fundo. Desde que essas denúncias relativas à saúde no plano, primeiro, do Executivo surgiram, eu tenho pedido, em debates aqui na Casa, que sejam investigados a fundo, para que os culpados possam ser efetivamente punidos e a instituição não seja atingida por essa lama. Nesse momento, todos nós temos responsabilidade para com essa apuração, Sra. Presidente.

Era isso o que eu tinha a dizer. Falo em nome da Rede Sustentabilidade nesta Casa e em nome do nosso Bloco Sustentabilidade e Trabalho, que inclusive se reunirá ainda hoje para tomar uma posição.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Damos continuidade aos Comunicados de Parlamentares.

Antes de passar a palavra para os Deputados, pergunto: vocês são de que escola, meninos? (Pausa.) Centro Educacional nº 5 de Taguatinga, lá perto de casa. Eu sou morador de Taguatinga. Sejam todos muito bem-vindos à Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade. Boa tarde a todas e a todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

É inegável – não é, Deputado Chico Vigilante? – e a impressão que temos é que Brasília está em convulsão. Vivemos, sem dúvida nenhuma, um momento muito difícil. Os episódios de hoje... Nós que estamos na CPI da Saúde... Hoje, o Deputado Wasny de Roure já fez alguns relatos aqui. E há de nos preocupar bastante todos esses fatos. Nós sabemos, sim, que há muito que se investigar nessa CPI, porque a saúde se encontra nesse estado. É claro que há muita coisa podre. Nós sempre falamos isso, Deputado Wasny de Roure, sempre soubemos que tinha de se aprofundar nas investigações e nunca entendemos a resistência de alguns setores do governo em investigar. Investigar não quer dizer condenar. Apuração é um processo natural, um processo em que se chega à condenação ou à absolvição. O nosso nobre promotor, inclusive, muitas vezes, denunciou ou pediu a absolvição, mas só o faz mediante investigação. Então, a investigação é fundamental.

Deputado, essa CPI sofreu todas as resistências para que não avançasse, e hoje chega-se à conclusão de que era extremamente necessária. Hoje, vários mandados de busca e apreensão foram feitos. Não quero aqui fazer juízo de valor não, até porque nós temos as nossas investigações. A Polícia Civil tem suas investigações, assim como o próprio Ministério Público, tanto o do Distrito Federal quanto o da União. Mas isso prova bem claramente que o governo tem de abrir a caixa preta, tem de deixar que as investigações aconteçam. Por isso, nós entramos em convulsão.

Além dessa questão, o que aconteceu ontem em Brasília? Brasília parou naquela região do Altiplano Leste. Diante de todos esses episódios, o governo ainda acha que deve promover derrubadas. É claro que aqui há uma polêmica sobre essa questão, mas eu vou fazer uma defesa, Deputado Lira, que sempre lutou muito, principalmente em favor dos menos favorecidos. Essas pessoas que hoje moram em condomínios irregulares... E posso falar sobre isso, porque fui Secretário de Regularização. Quando fui secretário, já se falava em processo de regularização. Até hoje se fala, mas não se regularizou nada. O engraçado é que só se fala em processo. A operação de ontem, Deputado Ricardo Vale, não foi para prender os grileiros não. A operação de ontem foi para tirar pais e mães de famílias de seus locais de moradia. Aí se vai dizer: "Não, mas eles não moram lá ainda." Não moram porque estão morando de aluguel, porque estão construindo, porque talvez não tenham tido dinheiro para fazerem suas casas rapidamente. O engraçado é que quem faz essa perseguição implacável, a Presidente da Agefis, chama todo mundo de grileiro, mas já morou em condomínio irregular e, depois, vendeu o seu imóvel e lucrou com ele. Hoje, é implacável na perseguição. Todo mundo é grileiro. Aquele aparato de choque que havia ontem, que não se vê nem em operação policial para prender traficante, era para derrubar e prender os moradores, que tiveram de reagir. Não estou aqui incitando nada não. Só não acho justo, porque, se esses moradores estão desrespeitando a ordem de não construir, é porque o processo de regularização nunca sai do papel, demora dois, quatro, cinco anos. Há quanto tempo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

eu fui Secretário de Regularização? Nada andou e nunca vai andar. Esse é o grande problema.

Volto a dizer que Brasília está em convulsão, mas a ordem do Governador é promover derrubadas e S.Exa. acha que esse é o caminho. Lamentável, Deputado Chico Vigilante! Para piorar, a nossa instituição, instituição pela qual V.Exa. lutou muito, faz algo inédito. Em quase trinta anos de segurança pública, eu nunca tinha ouvido falar que toda uma instituição entregou todos os seus cargos. A polícia está acéfala. Essa é a grande verdade. Acéfala porque o Sr. Governador assim o quis. S.Exa. determinou que nós fizéssemos isso, porque não houve sequer negociação. Na minha opinião, S.Exa. premeditou tudo isso. Parece que a polícia não interessa a S.Exa. Uma polícia competente, capaz, de homens e mulheres que conseguem, mesmo com a instituição sucateada, evitar que a violência e o crime organizado avancem.

Contudo, o Sr. Governador não valoriza a instituição que tem, não valoriza a melhor Polícia Civil do Brasil, prefere deixá-la sucateada e que todos os seus chefes entreguem seus cargos. Acho que o Governador não tem noção das consequências que esse ato dele vai gerar para Brasília, porque, a partir de hoje, a polícia está sem comando. A polícia, infelizmente, não tem mais seus delegados-chefes, não tem mais os seus chefes de plantão, não tem mais os seus chefes de investigações. Isso é muito grave. Quem entende de investigação sabe o custo de tudo isso. Todavia, há uma parte aí que está comemorando, Deputados: os bandidos, os criminosos. Parece que só o Sr. Governador não sabe disso.

Então, a gente lamenta muito essa postura do Governo do Distrito Federal, que não quer negociar, que acha que não depende dele a negociação, que continua mentindo para a sociedade, que quer arrancar mais dinheiro do Governo Federal, quando sabe que a competência é do DF. Caberá, sim, ao Governo Federal fazer a sua parte depois que o DF resolver o problema financeiro e orçamentário. Aí a União vai se manifestar.

Não tenho dúvida de que o Presidente Temer vai rapidamente resolver o nosso problema, depois que o DF cumprir as suas obrigações – parece que ele não quer cumprir. Agora, esse custo vai ser muito alto, porque nós não vamos arredar o pé enquanto o Governador não resolver negociar com os policiais.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz. Aproveito este momento para publicamente parabenizá-lo novamente pela excelente condução dos trabalhos na Presidência da CPI da Saúde. Parabéns, Deputado!

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais membros da imprensa, assessores, hoje Brasília acordou com mais uma grande crise, e acredito, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que vai caber a todos os membros desta Casa e a todos aqueles que estão à frente da administração pública do Distrito Federal muita seriedade e serenidade para conduzir Brasília neste momento difícil.

Quero aqui, antes de mais nada, parabenizar o Deputado Wellington Luiz – na pessoa de quem parabeno todos os membros da CPI da Saúde – pelo belíssimo trabalho que tem sido feito, mas, antes, vou só externar a minha preocupação. Nós já vivíamos uma crise financeira que estava assolando o Distrito Federal e, agora, precisamos ter maturidade para conduzir esta cidade, para que não venhamos a entrar em mais uma crise institucional.

Acredito que as investigações precisam, obviamente, avançar. Quem não deve não teme a investigação. Acredito que, acima de tudo, precisamos dar uma resposta a esta cidade, porque o Distrito Federal não pode mais sofrer do jeito que está sofrendo. Existem pessoas morrendo nas filas dos hospitais, existem crianças fora da escola, existem crianças fora de creches, existem pais e mães que estão sofrendo. Precisamos hoje vestir a sandália da humildade, caminhar com serenidade e seriedade e buscar uma solução para todas as crises por que a nossa cidade está passando, Deputado Wasny de Roure. O que está acontecendo nos deixa muito tristes, porque amamos esta cidade. Escolhemos estar na vida pública, por opção e vocação, mas precisamos ter serenidade para, a partir de agora, dar a resposta que a sociedade precisa, a resposta para solucionar as crises, que é, Deputado Wasny de Roure, o que as pessoas esperam da gente. Estamos tendo famílias perdendo suas casas, uma polícia que legitimamente busca a sua equiparação – aquilo que foi dado à Polícia Federal por uma conquista –, o sistema financeiro do Distrito Federal em colapso e uma crise econômica assolando cada dia mais o Distrito Federal.

Então, é necessário termos maturidade para juntos tirarmos Brasília dessa crise e reconstruirmos uma nova cidade.

Era só isso, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não havendo *quorum* regimental para deliberação, declaro encerrada a sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 08 2016	15h40min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

(Levanta-se a sessão às 16h36min.)